

O LUGAR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA AO LONGO DA HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

DANIELA OLIVEIRA LOPES¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – dol_60@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte do processo de construção de um projeto de tese de doutorado desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas junto à linha de pesquisa Currículo, Políticas Educacionais, Profissionalização e Trabalho Docente.

Trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo geral analisar as intencionalidades contidas nos documentos oficiais das universidades federais do estado do Rio Grande do Sul em relação à formação dos estudantes considerando a política de inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Este texto tem como intuito, a partir de um estudo bibliográfico situar o lugar que a extensão universitária tem ocupado ao longo da história do ensino superior brasileiro. Para isso, a reflexão parte do ano de 1808, quando foi atribuído ao Brasil o status de Reino Unido a Portugal e Algarve e foram instituídos os primeiros cursos de ensino superior que deram a base para a solidificação dessa esfera de ensino no país. Assim, o estudo compreende o Período Imperial (1808-1889), a Primeira República (1889-1930), a Era Vargas (1930-1945), a República Populista (1946-1964), a Ditadura Militar (1964-1985) e a mais atual redemocratização do país a partir da promulgação da Constituição Cidadã de 1988 que é a atual Carta Magna vigente no país. Faz-se ainda uma reflexão sobre o contexto neoliberal de cunho gerencial em que as políticas de educação superior estão inseridas atualmente.

Observa-se que o histórico em que perpassou toda a caminhada da educação superior no Brasil não deixa de influenciar a universidade até os dias de hoje. A ênfase na esfera do ensino nasce na gênese da educação superior brasileira, a questão da pesquisa, embora surja um pouco depois, se alia ao ensino de forma mais orgânica que a extensão universitária. Nesse sentido, a extensão percorre um caminho mais lento que as duas outras esferas acadêmicas para se consolidar no âmbito das instituições de ensino superior no país. No atual contexto neoliberal de cunho gerencial que a universidade está inserida é preciso sempre articular a sua característica de criticidade para que não se molde - sem questionar e sem refletir - às lógicas mercantis que, de acordo com Gadotti (2017), realçam o caráter da universidade como prestadora de serviços ou instituição certificadora para o mercado de trabalho.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo teve como base a análise dos dados referentes a revisão bibliográfica desenvolvida como passo inicial para o embasamento do projeto de tese. Dessa forma, a leitura dos 20 trabalhos eleitos para compor a revisão bibliográfica deste estudo possibilitou identificar os autores mais utilizados para discorrer sobre a temática da extensão universitária e sua política. A partir da

identificação e leitura das publicações de tais autores, foi possível expandir o campo de estudos e chegar aos elementos necessários para mapear o histórico da extensão universitária ao longo do ensino superior no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gênese da construção do ensino universitário no Brasil nasce a partir da oferta de cursos isolados de formação profissionalizante a partir da chegada da família real ao país no ano de 1808. São cursos ofertados por professores catedráticos que tiveram suas formações na Europa e voltam para o Brasil para propagar uma cultura que não está associada ao território em que estão inseridos.

As primeiras universidades do país surgem após a Proclamação da República. Exemplos são a Universidade Livre de Manaus (1909-1926), a de São Paulo (1911-1917) e a do Paraná (1912-1915), as quais tiveram uma existência curta. É digno de nota o registro das atividades voltadas à comunidade desenvolvidas pela Universidade de São Paulo. A esse respeito, Rocha (2001, p.18) comenta que

[...] entre 1914 e 1917, funcionou a Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo, de orientação positivista, que chegou a proferir 107 lições públicas sobre temas, que, contudo, não chegaram a despertar o interesse das camadas populares.

Vê-se nesta iniciativa um movimento de levar as atividades universitárias à população. No entanto, trata-se de uma ação planejada somente pela universidade que pela não adesão do público, certamente não deve ter levado em conta os anseios dessa comunidade.

Não se pode deixar de mencionar a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG (Esaf) no ano de 1926, a qual deu origem a atual Universidade Federal de Viçosa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, S/A). Castro e Alves (2017) ressaltam a existência de atividades de pesquisa e de extensão na referida instituição à época de sua criação. Outra instituição que merece ser citada é a Escola Agrícola de Lavras fundada em 1908 também no Estado de Minas Gerais, a qual hoje é a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Nogueira (2013) destaca que a Universidade Federal de Viçosa, assim como a Universidade de Lavras “já realizavam no início dos anos 1920 ações de assistência nas áreas de agricultura e pecuária, destinada aos fazendeiros e às suas famílias” (p. 32). Tais ações, aliadas àquelas ofertadas pela Universidade Livre de São Paulo, na concepção de Nogueira (*ibid*), constituem o movimento pioneiro da experiência extensionista no Brasil.

Sobre a efetivação de outros movimentos de ações extensionistas, é digno de nota a criação, pela União Nacional dos Estudantes (UNE), do Centro Popular de Cultura (CPC), o qual surgiu no ano de 1961. Sua atuação, conforme Sousa (2010, p.45) comenta, “[...] acontecia principalmente através da encenação de peças teatrais que envolviam no seu enredo os acontecimentos sociais do momento. As apresentações dessas peças aconteciam nas ruas, fora das Universidades, nas portas de fábricas, em favelas, praças, pontos de ônibus, etc”.

Outro movimento em direção à consolidação da extensão universitária no país se concretiza através do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife a partir do ano de 1961. Com relação ao SEC, Gadotti (2017), comenta sobre o desenvolvimento das ações de alfabetização de adultos baseada na metodologia de Círculos de Cultura sistematizada por Paulo Freire.

O Programa Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná, iniciado no ano de 1961, também se constitui como um movimento importante na história da extensão universitária brasileira. Vieira (2014) comenta que, por meio do programa, a orquestra da universidade se deslocava para o interior do estado e também eram realizados cursos intensivos de atualização e de orientação técnica.

O direcionamento que o governo militar deu à extensão universitária esteve ligado a efetivação da política desenvolvimentista apregoada no período. Assim, são institucionalizados, em nível nacional, programas que nasceram nos âmbitos de universidades públicas - Rondon e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) - que desenvolviam ações de extensão de cunho assistencialista.

A partir da queda do regime militar, não mais submissas aos regramentos e à censura provenientes dos anos ditatoriais, as universidades têm mais espaço para construir suas ações e direcionar suas práticas acadêmicas. Um marco importante no âmbito do direcionamento das políticas de extensão universitária no país é a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - Forproex - no ano de 1987.

É no contexto neoliberal de cunho gerencial que a universidade está inserida atualmente. Assim, pode-se dizer que há um constante embate entre duas concepções opostas vinculadas à universidade e ao currículo: aquela voltada à cidadania e à educação como um bem público e aquela vinculada ao mercado que realça o caráter da universidade como prestadora de serviços ou instituição certificadora para o mercado de trabalho (Gadotti, 2017). É fato que a força da lógica mercantil é inerente ao atual contexto em que a universidade está inserida. No entanto, não se pode ignorar que nas universidades há espaço para se efetivar o desenvolvimento de uma educação que leve a uma formação mais ampliada do estudante e que se vincule à mitigação e melhora dos problemas das comunidades do entorno.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho discorreu sobre um estudo bibliográfico que situou o lugar da extensão universitária ao longo da história do ensino superior brasileiro.

As primeiras experiências de extensão universitária, desenvolvidas no âmbito de instituições de ensino superior, iniciaram nos primeiros anos de 1900 - através das experiências da Universidade Livre de São Paulo, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG e da Escola Agrícola de Lavras. Os estudantes também atuaram na consolidação da extensão através das ações desenvolvidas no início dos anos 1960, no âmbito da UNE, através do CPC. No mesmo período, outros dois programas de extensão se destacaram: o SEC, da Universidade de Recife e o Programa Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná. Durante a ditadura militar, a extensão foi institucionalizada a nível nacional através dos programas de cunho assistencialista Rondon e Crutac. Com a redemocratização do país, abre-se espaço para as universidades assumirem o controle de suas práticas extensionistas e para os coletivos, tal como o Forproex, elaborarem políticas para subsidiar tais práticas.

E nesse espaço de assumir as práticas extensionistas que as duas concepções de universidade indicadas por Gadotti (2017) entram em disputa: a universidade vinculada à prestação de serviços e aquela voltada à cidadania e à educação como

um bem público. Não há uma única linha a se assumir, as ações extensionistas são plurais e diversificadas e vão ao encontro dos anseios e conhecimentos daqueles que as elaboram e desenvolvem. Nesse sentido, é importante uma formação da comunidade acadêmica em relação à extensão universitária, que apesar de já ter conquistado um espaço no tripé que sustenta a universidade, ainda precisa se afirmar e se consolidar no âmbito das universidades brasileiras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, M. G.; ALVES, D. A. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926–1988). *Revista Brasileira de Educação* v. 22 n. 70 jul.-set. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HrGFmzSq4Q4CnGpWcPfDJCs/?format=pdf> Acesso em 16 fev. 2024.

GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê? Instituto Paulo Freire, São Paulo, SP, 15 fev. 2017. Disponível em https://paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf Acesso em 23 de jan. 2024.

NOGUEIRA, M. D. P. (Coordenadora) et al. Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE, 2013.

ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de Extensão Universitária na América Latina. In. *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. FARIA, Dóris Santos de (Org). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.p. 13-29

SOUSA, A. L.L. A história da Extensão Universitária. Campinas, São Paulo Editora Alínea, 2010, 2º Edição.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Apresentação. Disponível em <https://www.ufv.br/apresentacao/> Acesso em 27 de fev. 2024.

VIEIRA, C. S. Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968-1987). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. 290f. 2014.